

FSP 2/11/86

Banco de Dados



Uma índia ianomami trabalha em sua aldeia, na região norte da Amazônia

## Índios denunciam ação de garimpeiros no norte

**DERMI AZEVEDO**  
Da Reportagem Local

A invasão das áreas dos nove mil indígenas ianomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela, por grupos de garimpeiros, está sendo denunciada pelos líderes desses índios, Davi Kopenawe Yanomami e João Pakitali Yanomami, em carta enviada, no último dia 23, ao deputado federal Márcio Santilli (PMDB-SP) e à União das Nações Indígenas (UNI), em São Paulo. Na carta, os índios afirmam que os ianomami "não querem a construção de estradas dentro de sua área" e pedem que seja interrompida a construção, pelo governo federal, da rodovia Perimetral Norte —ligando Boa Vista (AP) à fronteira com a Colômbia—, alegando que "a construção de estradas traz muitas doenças e mortes, levando fazendeiros, colonos, mineradores, garimpeiros e outros estranhos que vão ocupar nossas terras".

Afirmando que os índios querem "viver em paz, crescer em suas terras e manter as florestas", os líderes ianomami manifestam preocupação com a possibilidade, prevista no "Projeto Calha Norte", de ampliação da presença militar em sua área. Antes de voltar à fronteira com a Venezuela, na semana passada, Davi Yanomami informou à UNI que pretende pedir ao governo todas as informações sobre o projeto, para que sejam avaliadas nos conselhos tribais.

Embora os índios da calha (desembocadura) norte dos rios Solimões e Amazonas não conhecessem os dados principais do "Projeto Calha Norte", do Conselho de Segurança Nacional, pelo seu caráter sigiloso, já sabiam de sua existência desde junho do ano passado. Mais de cem dirigentes de nações indígenas da região reuniram-se, de 15 a 17 de março deste ano, no posto Demini, da Funai, em Roraima, numa assembléia de tuxauas, para analisar o impacto que o projeto, ainda globalmente desconhecido, poderia ter sobre o processo de demarcação de suas terras. A assembléia —da qual participaram lideranças ianomami— decidiu, também, rejeitar proposta do governo, através do Ministério do Interior, para a criação de colônias agrícolas na região amazônica norte, em que brancos e índios fariam uma "experiência de convivência". A primeira colônia seria instalada na aldeia dos tucano, no Alto Rio Negro (AM), mas o conselho tribal rejeitou a proposta.

Segundo a UNI, os ianomami e outras nações indígenas do norte da Amazônia estão discutindo, agora, formas para aprofundar a sua luta pela criação do Parque Indígena Ianomami, para impedir a penetração, em suas terras, de grupos de garimpeiros (que querem lavar ouro e cassiterita), sem que isto signifique uma militarização do território amazônico e modificações drásticas na cultura indígena.

# Projeto pode ser fatal para ianomamis, diz antropóloga

Os efeitos do "Projeto Calha Norte", prevendo a ampliação da presença militar e sócio-econômica governamental na região norte da Amazônia, poderão ser "fatais" para os nove mil indígenas ianomami brasileiros que vivem junto à fronteira com a Venezuela, caso o projeto implique na não concretização do Parque Indígena Ianomami e na modificação induzida das características culturais dessa nação, uma das últimas na América Latina a sobreviver dentro de seus padrões originais. É o que afirmou ontem, às 10h30, em São Paulo, a antropóloga Cláudia Andujar, uma das fundadoras e diretoras da Comissão pela Criação do Parque Indígena Ianomami, fundada em 1978 com o apoio de personalidades como o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, o jurista Afonso Arinos de Mello Franco, o empresário José Mindlin, o presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter e o ecologista gaúcho José Lutzemberger, além do senador Severo Gomes (PMDB-SP), autor do projeto de lei 379/85, de dezembro do ano passado, que tramita no Congresso, para a criação do parque.

Na opinião de Cláudia, o "Projeto Calha Norte tem aspectos geopolíticos e econômicos" e "era desconhecido, em sua íntegra, até agora, pelas organizações indigenistas". Quanto à preocupação da chamada "comunidade de informações" sobre a suposta criação de um "Estado independente" dos ianomami brasileiros e venezuelanos, ela afirmou que se

trata de "uma história muito antiga, de pura imaginação, encobrendo interesses econômicos antiindigenistas". Destacou que a área dos ianomami é muito rica em minérios e "grandes grupos empresariais não se conformam em que os próprios índios sejam donos dessa riqueza, como manda a lei".

## Bases militares

Segundo a antropóloga, o "Calha Norte" prevê a instalação, na área dos ianomami, até 1987, de quatro destacamentos militares, apoiados pelos chamados "núcleos de vivificação", pequenos centros habitacionais em plena selva. Contou, depois, que o secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), general Rubem Bayma Denis, propôs, no ano passado, em seu gabinete, em Brasília, a uma comissão formada por ela, pelo deputado federal Márcio Santilli (PMDB-SP) e por outra diretora da Comissão, Alcida Ramos, que ajudassem a aglomerar os ianomami numa área determinada por estarem muito dispersos. A comissão negou-se a apoiar a iniciativa, alegando que poderia provocar a morte dos índios.

Para Cláudia Andujar, qualquer projeto a ser desenvolvido na região norte da Amazônia deve preservar, como premissa básica, o caráter de continuidade das terras ianomami, o sistema tradicional de comunicação entre as aldeias, considerando, também, como essencial, a participação dos índios nas decisões a seu respeito. (DA)

## CSN restringe a demarcação das áreas indígenas

Com base em dados obtidos junto "a altas fontes governamentais", o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), afirmou, anteontem à tarde, em nota assinada pelo seu presidente, d. Erwin Krautler, bispo do Xingu (AM), que, por orientação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), o governo federal "não pretende demarcar áreas indígenas em faixas de fronteiras ou situadas perto de cidades e de rodovias federais, além de áreas consideradas demasiado extensas ou cortadas por rios navegáveis".

Denunciando que, de fato, "as demarcações estão totalmente paralisadas em áreas de fronteiras", o Cimi afirma que o presidente José Sarney e os ministros do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Dante de Oliveira, e do Interior, Ronaldo Costa Couto, ao assinarem o decreto 93.148, de 20 de agosto último, homologando a demarcação da terra dos índios gavião, no Pará, "subtraíram do território tribal, como consta no artigo 3º do decreto, faixas de terras correspondentes à linha de transmissão da Eletropaulo, à estrada de ferro Carajás e à rodovia BR-222". (DA)

## Ação do governo visa extinção de índios, diz CPT

Da Sucursal de Brasília

O secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), padre Hermano Alegre, 42, disse ontem que a forma de implantação do "Projeto Calha Norte" é uma prova de que poucas pessoas — a oligarquia da "Nova República", segundo ele — estão tomando decisões que deveriam ser debatidas por toda a sociedade. "Estamos vivendo numa democracia liberal que levanta poeira para esconder o que está por trás dos atuais projetos do governo", afirmou à Folha, por telefone, o secretário da CPT, na sede nacional da entidade, em Goiânia (GO). Em resposta, o subsecretário de imprensa do Palácio do Planalto, José Cruz de Sousa, 38, disse que o país vive numa democracia e cada um fala o que quer.

Segundo o padre, há uma "ação deliberada" de extinção dos índios brasileiros, já que eles são um entrave ao tipo de desenvolvimento que interessa ao governo. Sobre o sigilo mantido em relação ao "Projeto Calha Norte", padre Hermano disse que "esta postura demonstra com quais prioridades o governo está preocupado". "Não somos contra os programas de desenvolvimento necessários ao país, mas estamos combatendo os interesses econômicos que estão por baixo de projetos semelhantes ao 'Calha Norte'".

FSP 2/11/86